

Jornalismo vigilante: indícios e interconexões históricas entre jornalismo e vigilância¹

TORRES, Ricardo

Doutorando e mestre em Jornalismo no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da Capes e pesquisador do objETHOS. E-mail: rickjtorres@icloud.com.

Resumo

A história do jornalismo apresenta intersecções significativas com elementos relacionados à vigilância. Essas interfaces envolvem uma série de aspectos importantes para o entendimento das práticas jornalísticas, sobretudo os que se referem ao jornalismo investigativo e à abordagem alinhada ao dever de vigiar a sociedade. Um caso contemporâneo que pode exemplificar essa função é o da Agência Pública, particularmente o projeto PlusD (Biblioteca de Documentos Diplomáticos dos EUA) desenvolvido em parceria com o WikiLeaks. Os objetivos deste estudo são apresentar indícios históricos do jornalismo como vigilante do poder, alternativas para a noção de jornalismo vigilante e aspectos do jornalismo sob vigilância. Para tanto, utilizamos métodos da pesquisa bibliográfica e de análise de conteúdo.

Palavras-chave: jornalismo; vigilância; poder; história do jornalismo; Agência Pública.

Abstract

The history of journalism presents significant intersections with elements related to surveillance. These interfaces involve a series of important aspects for the understanding of journalistic practices, especially those that refer to investigative journalism and the approach aligned with the duty to watch society. A contemporary case that can exemplify this function is the Agência Pública, particularly the PlusD (Library of Diplomatic Documents of USA) project developed in partnership with WikiLeaks. The objectives of this study are to present historical evidence of journalism as a watchdog of power, alternatives to the notion of vigilant journalism and aspects of journalism under surveillance. For this, we use methods of bibliographic research and content analysis.

Keywords: journalism; surveillance; power; history of journalism; Agência Pública.

Introdução

Ao longo da história do jornalismo, especialmente na América do Sul, pode-se destacar a sua relação com o poder que persiste durante os anos. Essa relação (imprensa e poder) envolve uma série de aspectos importantes para o entendimento das práticas jornalísticas, sobretudo as que se referem ao jornalismo investigativo e à abordagem sobre os temas relacionados com a vigilância da sociedade. Nessa esteira, pretendemos verificar como

¹ Este trabalho foi apresentado no GP História do Jornalismo, durante o XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Intercom em 2017.

indícios históricos da relação entre jornalismo, vigilância e poder contribuem com a noção de jornalismo vigilante. Na concepção de Silveira (2014), as implicações entre o jornalismo e o poder no contexto sul-americano podem ser observadas desde os primórdios da história.

As relações vitais entre imprensa e poder, especialmente a partir dos movimentos emancipacionistas, perduram, em maior ou menor grau, entre as nações sul-americanas. O limiar da atividade mais jornalística na região floresceu, para o bem e para o mal, no quadro de lutas pela independência, vinculando-a, de forma aguda, à política. (SILVEIRA, 2014, p. 2).

Os aspectos relacionados ao cenário econômico e político tiveram um papel decisivo na configuração da imprensa, sendo que o desenvolvimento da atividade jornalística está relacionado com a história política da região. O surgimento da Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal editado no Brasil, também tem uma relação direta com os detentores de poder político e econômico da época. Foi lançado graças à instalação da Imprensa Régia em 1808. Após a chegada de D. João VI, as autoridades demonstram interesse em disseminar informações sobre os detentores de poder. Essas características da Gazeta do Rio de Janeiro são descritas por Sodré (2007).

Jornal oficial, feito na imprensa oficial, nada nele constituía atrativo para o público, nem essa era a preocupação dos que o faziam, como a dos que o haviam criado. Armitage situou bem o que era o Gazeta do Rio de Janeiro: “Por meio dela só se informa ao público, com toda a fidelidade, do estado de saúde de todos os príncipes da Europa e, de quando em quando, as suas páginas eram ilustradas com alguns documentos de ofício, notícias dos dias natalícios, odes e panegíricos da família reinante. Não se manchavam essas páginas com as efervescências da democracia, nem com a exposição de agravos. A julgar-se do Brasil pelo seu único periódico, devia ser considerado um paraíso terrestre, onde nunca se tinha expressado um só queixume. (SODRÉ, 2007, p. 20).

Conforme Silveira (2014), no contexto brasileiro os jornais demoraram a surgir, o que acentuou o enlace entre poder político e econômico, sendo ressalvadas as exceções dissonantes que demarcaram acirrados duelos impressos no período da nossa independência e que rompiam a monocórdia fase inaugural da Gazeta do Rio de Janeiro, “constituindo-se numa espécie de antevisão das escaramuças e conspirações que envolveram o jornalismo ao longo da sua história”. (SILVEIRA, 2014, p. 10). Percebe-se desde o surgimento das atividades jornalísticas na América do Sul, e especificamente no Brasil, a presença de aspectos relacionados aos interesses e implicações que envolvem o poder. Nesse sentido, Pizzaroso Quintero (1996) destaca que a história do jornalismo ocupa-se de um aspecto singular e relevante da vida social.

[...] a imprensa (e, em geral, todos os meios de comunicação social) não só representam uma das principais fontes para o historiador, como constituem um factor determinante a estudar, em virtude da sua influência e acção sobre qualquer período da história das idades moderna e contemporânea, e muito mais nesta última, naturalmente. (PIZZAROSO QUINTERO, 1996, p. 20).

A construção histórica do jornalismo envolve aspectos que contemplam de maneira significativa o contexto social contemporâneo, particularmente as esferas de poder e o sistema democrático. A propagação de ideias e interesses por meio das páginas dos jornais despertou desde sempre a cobiça dos poderosos e a mobilização da opinião de grupos específicos, orientados por centros formadores de opinião, desencadeou uma série de encontros e desencontros entre o jornalismo e a vigilância do poder, fazendo emergir uma nova maneira de encarar o jornalismo ressaltada por Souza (2008).

Os jornais começaram a trazer à luz do dia casos de corrupção e outros escândalos, por vezes devido à investigação jornalística, outras vezes devido, simplesmente, à denúncia com fins políticos. Esse jornalismo ficou conhecido por jornalismo muckraking², termo cunhado pelo Presidente Theodore Roosevelt ao referir-se, em 1906, aos jornalistas muckrakers (García González, 1999: 94). Esta opção proporcionou ganhos de audiência aos jornais de Pulitzer, mas também enraizou na cultura popular e jornalística uma certa ideia mítica e romanceada da profissão, vista como um activo agente de vigia e controle dos poderes e até como “Quarto Poder”. (SOUZA, 2008, p. 146).

Na proposta de periodização da história do jornalismo ocidental realizada por Souza (2008), os anos sessenta e setenta são enaltecidos como importantes períodos para o jornalismo investigativo. De acordo com o autor, esse período foi marcado por vários trabalhos de investigação de iniciativa jornalística sobre temas relevantes que expuseram conspirações e dados ocultos, sendo que o mais importante foi o caso *Watergate* (1972-1974) que funcionou como paradigma do jornalismo, pois evidenciou a força dos meios noticiosos e exemplificou o potencial da contribuição da vigilância jornalística para o controle do poder.

Relações históricas entre o jornalismo e o poder, especialmente a emergência da capacidade de vigilância do poder por meio de ações jornalísticas, contrastam com aspectos do jornalismo contemporâneo que estão sob vigilância. Para realizar essas conexões e alcançar os objetivos apresentados o percurso metodológico deste estudo está alinhado a combinação de recursos da pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento de referenciais teóricos, e técnicas da análise de conteúdo que conforme Benetti e Lago

² Em inglês o termo *muck* significa sujeira e evoca a ideia do jornalismo que procura informações no lixo.

(2007) estão centradas nas codificações e definições operacionais que buscam desvendar as pistas de textos, símbolos, sons e imagens presentes nos conteúdos, além dos “significados aparentes e/ou implícitos dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados” (BENETTI E LAGO, 2007, p. 127). Cabe enaltecer que buscamos apresentar indícios históricos do jornalismo como vigilante do poder, elementos para uma noção de jornalismo vigilante e aspectos do jornalismo sob vigilância.

Jornalismo e vigilância pontos de intersecção

A noção de jornalismo vigilante pode ser associada a técnicas de apuração de tal modo que o cerne do trabalho de investigação jornalística está atrelado a métodos que concedem ao jornalista a possibilidade de consolidação e reafirmação dos pressupostos jornalísticos no sistema democrático e do seu papel de fiscalizador por meio do *accountability*, conforme defendido por Waisbord (2000), Nascimento (2010) e Fortes (2005). Para além de métodos de coleta e tratamento das informações, o que caracteriza esse tipo de ação jornalística é a busca por revelações, abusos de poder e danos sociais.

Em linha com Waisbord (2000), esse tipo de jornalismo está diretamente conectado com características contextuais que determinam a prática e as condições oferecidas para o desenvolvimento do papel de vigilante na revelação do que está oculto. Existem padrões perceptíveis e identificáveis nessas ações de vigilância que são desempenhadas por iniciativas jornalísticas independentes e por organizações tradicionais, como atos ilegais do governo, corrupção corporativa e casos de injustiça social, os quais são alvos de investigação e do trabalho jornalístico. Para Fortes (2005), a avaliação dos resultados de iniciativas de vigilância garante à atividade jornalística um tipo de credibilidade que poucas instituições têm.

Refiro-me ao efeito direto da vigilância e, por que não dizer, do medo que a investigação jornalística impõe aos agentes públicos, principalmente àqueles que se utilizam do espaço governamental para se locupletarem por meio de corrupção e tráfico de influência (FORTES, 2005, p. 38).

Enquanto agentes que desenvolvem, iniciam e evidenciam processos de *accountability*, os jornalistas desempenham ações que transformam o jornalismo não só em uma instância legítima de vigilância dos atores sociais, como também em um espaço para proposição e realização do debate cívico. No caso alegórico da história do jornalismo vigilante chamado de *Watergate*, a ênfase e importância das revelações, que ocorreram a

partir de vazamentos, formataram o episódio e parametrizaram práticas jornalísticas que consolidaram o aspecto vigilante das ações de jornalistas nos anos posteriores.

O trabalho realizado pelos jovens jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, do jornal norte-americano Washington Post, provou que o presidente republicano Richard Nixon estava ligado a um caso de espionagem realizado no comitê do Partido Democrata, efetivado através de escuta ilegal no Edifício Watergate em Washington, por agentes ligados ao governo republicano. Na época, Nixon era candidato à reeleição nos Estados Unidos e o objetivo da espionagem era estruturar uma fonte de vazamentos de informações. Na oportunidade, apenas os jornalistas do Washington Post aprofundaram-se nas investigações ao longo de dois anos (1972-1974) e acessaram informações importantes fornecidas por uma fonte da Casa Branca que ficou conhecida como Garganta Profunda. Com o processo contínuo de investigação e pressão estimulada, particularmente por conteúdos jornalísticos, Richard Nixon renunciou à presidência no ano de 1974.

Os reflexos de *Watergate* demonstram uma intersecção importante entre o jornalismo e a vigilância, pois potencializaram a capacidade de modificação social, com consequências políticas importantes, a partir da apuração jornalística. Para além da sua função de informar a sociedade, o jornalismo vigilante evidenciou a importância e o potencial de fontes que detêm informações secretas. Com a utilização de técnicas apuradas, denúncias de desvios levaram a sociedade a reivindicar esclarecimentos e o jornalismo materializou o seu potencial de contrapoder, possibilitando um olhar crítico em relação ao governo e à fiscalização dos poderes. Maia (2006) ressalta, entretanto, que a exposição de escândalos de maneira isolada não é o suficiente para eliminá-los, para modificar a atuação de representantes ou para desencadear processos de investigação e de punição das instituições competentes.

Como vimos, a exposição nos meios de comunicação constringe os representantes políticos ou as autoridades públicas a responder e a explicar suas próprias ações e omissões, tornando as ações abertas ao escrutínio e à avaliação externa. Em outras palavras, os media não criam a *accountability*, mas ajudam a adicionar esforços para criar uma sociedade mais vigilante e crítica. (MAIA, 2006, p. 23).

Conforme Maia (2006), a questão da *accountability* é fundamental para a qualificação da democracia moderna, pois origina o dever dos representantes políticos de responder aos cidadãos diante de seus poderes e obrigações. Nesse contexto, o jornalismo vigilante está capacitado a promover controle na partilha de poder por meio do monitoramento dos dirigentes vinculados com as instituições públicas e organizações privadas a partir de mecanismos e técnicas específicas.

Como já observamos, além de se relacionar com o poder o jornalismo é um importante instrumento de resistência e oposição a ele. Em condições adequadas o jornalismo de vigilância é combativo, desempenhando um papel significativo no fortalecimento dos princípios democráticos com potencial para influenciar a formação de agendas públicas e governamentais, intermediar relações entre grupos com interesses em comum e atribuir à opinião de inúmeras pessoas elementos informativos sobre temas específicos, como afirmam Karam (2014), Waisbord (2000), Traquina (2005), entre outros.

O aspecto vigilante do jornalismo é evidenciado por Traquina (2005) como uma característica mitológica da comunidade jornalística atrelada ao papel de servidores do público que buscam saber o que ninguém sabe; o cão de guarda que protege os cidadãos contra abusos; desempenha o papel de quarto poder que vigia os outros poderes; atua como herói do sistema democrático. “Com o desenvolvimento do ‘direito à informação’ como norma numa democracia, o jornalista foi reconhecido como sendo o agente social que tem como missão ‘informar o público’” (TRAQUINA, 2005, p. 52). O ethos jornalístico define que os membros desta comunidade têm um papel social que envolve o dever de informar e proteger os cidadãos por meio de ações de contrapoder.

Nesse sentido, o contrapoder é entendido como uma forma de poder com potencial de contestar outros poderes, especialmente o poder político e o poder econômico, ou seja, a ação jornalística pode abrandar e, em algumas situações, impedir os excessos do Estado e a hegemonia econômica de entes privados. O jornalismo como dispositivo de vigilância seria benéfico para a sociedade por se aproximar da verdade, pela premissa de buscar justiça e o esclarecimento da população. Kovach e Rosenstiel (2014) destacam princípios basilares dos quais o jornalismo necessita para fornecer aos cidadãos conteúdos adaptados às exigências da vida em um mundo cada vez mais complexo, dentre os quais estão a obrigação com a verdade, a lealdade com os cidadãos, a necessidade da verificação, a independência e a vigilância do poder. Os autores ressaltam a manutenção da autonomia e a liberdade para monitorar sistematicamente as outras forças e instituições poderosas da sociedade como condições imprescindíveis para prática jornalística.

As raízes da reportagem investigativa foram firmemente estabelecidas nos primeiros periódicos, nas primeiras noções sobre o significado de uma imprensa livre e da Primeira Emenda, e na motivação dos jornalistas ao longo da história da profissão. Estas raízes são tão fortes, elas formam um princípio fundamental: Jornalistas devem ser um monitor independente do poder. (KOVACH E ROSENSTIEL, 2014, p. 119)³.

³ No original: “Investigative reporting’s roots were firmly established in the very first periodicals, in the earliest notions of the meaning of a free press and the First Amendment, and in the motivation of journalists throughout

Conforme Kovach e Rosenstiel (2014), no contexto jornalístico contemporâneo o princípio da vigilância está sendo ameaçado pelo uso excessivo desta prerrogativa de uma forma enviesada e por um novo tipo de conglomerado empresarial que busca novos modelos para captação de receitas. Este poder de vigilância concedido ao jornalismo revelou-se problemático diante de uma série de incógnitas que surgiram a partir de apropriações inadequadas e transpassadas por fatores imponderáveis dos pressupostos de investigação. Contudo, os avanços tecnológicos apresentam fatores que possibilitam novos horizontes para as investigações jornalísticas.

Agência Pública e o projeto PlusD

Diante de novas possibilidades o jornalismo vigilante formata regularmente alternativas experimentais que se aprimoram com o passar do tempo. Tanto a geração de informações quanto a recepção destas estão sendo adaptadas e adequadas diante do cenário de evolução tecnológica progressiva e constante. As ferramentas de comunicação carregam em sua essência uma perspectiva que impacta diretamente na sociedade e nas práticas jornalística. Essas novas características acabam enaltecendo as perspectivas do jornalismo relacionadas com a vigilância e obtêm importância singular no contexto sul-americano, especialmente para a consolidação e reafirmação dos pressupostos do sistema democrático, como destaca Waisbord (2000).

A questão da responsabilidade política é particularmente relevante no contexto das democracias sul-americanas contemporâneas. As novas democracias da região atendem as definições da democracia liberal: eleições livres e competitivas são realizadas regularmente, diferentes governos assumem de forma pacífica, e os direitos de liberdade de associação e de expressão são minimamente observados. [...] Reconhecer essas transformações é o primeiro passo para analisar as contribuições da imprensa para a qualidade das democracias atuais (WAISBORD, 2000, p. 209-210)⁴.

De acordo com Waisbord (2000), o jornalismo conquistou um espaço importante na esfera pública, especialmente no que diz respeito à fiscalização dos poderes – função que ele chama de cão de guarda, atribuindo como elemento fundamental para o desenvolvimento desse gênero jornalístico para a consolidação dos governos democráticos.

the profession's history. These roots are so strong, they form a fundamental principle: Journalists must serve as an independent monitor of power".

⁴No original: "The question of political accountability is particularly relevant in the context of contemporary South American democracies. The new democracies of de region fit accepted definitions of liberal democracy: Free and competitive elections are regularly held, different parties peacefully rotate in government, and rights of freedom of association and expression are minimally observed. [...] To acknowledge these transformations is the first step to analyze the contributions of the news media to the quality of present-day democracies."

Conforme Correia (2011), no contexto das atuais democracias os jornalistas intervêm decididamente na configuração do agir político, propondo e impondo uma agenda de questões sobre as quais decorrem não poucos dos debates e das controvérsias politicamente relevantes. O autor salienta a migração de uma parte significativa de diversas formas de comunicação pública para os novos meios digitais, paralelamente com a concretização e aparecimento, em alguns momentos experimentais e em outros consolidados, de novas formas de jornalismo. “O recente protagonismo do site da organização WikiLeaks mostra como os media tradicionais não têm, de modo algum, o monopólio da circulação da informação no espaço público” (CORREIA, 2011, p. 5). Christofolletti e Oliveira (2011) reafirmam a importância do WikiLeaks⁵ caracterizando-o como um fator potencialmente transformador da atividade jornalística.

Neste bojo, a hipótese de um jornalismo pós-WikiLeaks considera a chegada do site no cenário comunicativo como um divisor de águas, capaz de alterar condutas dos profissionais e políticas internas das empresas jornalísticas de tratamento das fontes (CHRISTOFOLETTI E OLIVEIRA, 2011, p. 236).

De acordo com Christofolletti e Oliveira (2011), ao suscitar o debate sobre o papel da imprensa na fiscalização do poder, o WikiLeaks aponta para a necessidade do jornalismo retomar e reafirmar a liberdade em sua dimensão mais profunda, enquanto princípio e direito humano fundamental de todos. Uma situação contemporânea que se reflete na prática do jornalismo é o da Agência Pública, que foi criada em 2011 para exercer um papel independente focado em jornalismo investigativo. A iniciativa busca maneiras alternativas de viabilizar a prática jornalística e tem se notabilizado por abordagens experimentais inovadoras.

O projeto PlusD (Biblioteca de Documentos Diplomáticos dos EUA) desenvolvido pelo WikiLeaks em parceria com a Agência Pública e outros 17 veículos internacionais, ao invés de trazer vazamentos, constitui-se como uma ferramenta para buscar documentos de domínio público que reúne mais de 1 milhão de documentos diplomáticos do período de 1973 a 1976 e mais de 200 mil de 2003 a 2010, constantes em um dos vazamentos mais famosos do WikiLeaks, conhecido como o *Cablegate*⁶. A WikiLeaks PlusD é uma das inúmeras séries especiais produzidas pela Agência Pública, contando com 11 reportagens

⁵ WikiLeaks é uma organização de mídia e um repositório de dados fundado pelo ativista Julian Assange em 2006. A organização é especializada na análise e publicação de grandes conjuntos de dados oficiais censurados ou restritos que envolvem guerra, espionagem e corrupção. Já publicou mais de 10 milhões de documentos e análises. Mais informações em: <http://migre.me/wtSwC>.

⁶ *Cablegate* é um vazamento, iniciado em 2010, em que o WikiLeaks disponibilizou um conjunto de mais de 250 mil telegramas do Departamento de Estado dos EUA e que passou a ser referência para reportagens de jornais em todo o mundo.

que foram publicadas entre os dias 07 e 14 de abril de 2013 e aborda documentos que tratam da relação diplomática entre os EUA e o Brasil, particularmente relacionados à ditadura brasileira entre 1973 e 1976.

Para o Brasil, o novo projeto do WikiLeaks tem especial importância. Embora parte dos documentos já tenha sido publicada pela imprensa brasileira, o arquivo completo expõe em detalhe as ações de Kissinger em relação à ditadura brasileira entre 1973 e 1976 – em especial, durante o governo do general Ernesto Geisel. Até agora não se sabia a real dimensão deste arquivo. São mais de 8.500 documentos enviados pelo Departamento de Estado dos EUA para o Brasil e mais de 13.200 documentos enviados da embaixada americana em Brasília e consulados a Washington – mais de 1.400 são confidenciais, e mais de 115 secretos (VIANA, 2013, online).

O conteúdo jornalístico oferecido pela Agência Pública por meio da ferramenta do WikiLeaks apresenta aspectos importantes do jornalismo vigilante em relação à memória de um período histórico brasileiro. Em linha com Barbosa (2005), o passado serve para iluminar o presente. “É preciso perceber a história como reinterpretação, reinvenção, reescritura. Não há possibilidade de recuperação do passado tal como ele se deu: o passado é inteligível nas fimbrias das narrativas que ele mesmo compôs” (Barbosa, 2005, p. 103). As entranhas do poder expostas pela série WikiLeaks PlusD da Agência Pública remetem à possibilidade de reinterpretação dos fatos através do acesso às formas de comunicação diplomática secretas desse período histórico, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 – Reportagens do especial WikiLeaks PlusD

| <i>Título da reportagem</i> | <i>Data da publicação</i> | <i>Tema principal da reportagem</i> |
|--|---------------------------|--|
| Conheça o PlusD, a Biblioteca de Documentos Diplomáticos do WikiLeaks | 07/04/2013 | Apresentação da ferramenta PlusD do WikiLeaks e da série de reportagens relacionada ao material coletado. |
| Para justificar assistência militar à ditadura, EUA diziam que tortura era exceção | 07/04/2013 | Apoio EUA a ditadura brasileira. |
| Desfecho de caso Elbrick irritou Kissinger | 07/04/2013 | Libertação de Cláudio Torres da Silva, após cumprir sete anos de prisão por ter sequestrado, em 1969, o embaixador americano Charles Elbrick. |
| Tão americano quanto João da Silva | 07/04/2013 | Diferença de tratamento entre o norte-americano Fred Morris e Paulo Stuart Wright, que possuía dupla nacionalidade, ambos presos e torturados durante a ditadura brasileira. |
| Retrato em branco e preto | 07/04/2013 | Telegrama secreto de 1976 em que o embaixador americano John Hugh Crimmins qualifica governo militar de paranoico. |
| “Estamos barateando visitas de militares” | | Telegrama do embaixador americano John Hugh Crimmins que expressa |

| | | |
|---|------------|---|
| | 08/04/2013 | preocupação com as repetidas visitas de americanos de alta patente para o Brasil em curto intervalo de tempo. |
| A pedido do Departamento de Estado, empresa americana veio ao Brasil pesquisar “terrorismo” | 08/04/2013 | Telegramas de 1974 demonstram que a RAND, empresa de pesquisa norte-americana esteve no Brasil para estudar casos de sequestros políticos. |
| Ligações perigosas: a DEA e as operações ilegais da PF brasileira | 08/04/2013 | Documentos demonstram que o ex-diretor da Polícia Federal efetuou prisões e extradições ilegais a pedido do departamento antidrogas norte-americano. |
| EUA fizeram lobby pró-censura durante governo militar | 09/04/2013 | Embaixada norte-americana pediu a repórter da TV americana para ouvir Roberto Marinho, da Globo, e Nascimento Brito, diretor do Jornal do Brasil, vozes menos críticas à censura oficial. |
| Crimes, mentiras e telegramas | 11/04/2013 | Cumplicidade de Pinochet e norte-americanos nas violações de direitos humanos no Chile expressa-se em troca de telegramas. |
| My Dear Henry | 14/04/2013 | Cartas entre Henry Kissinger e o chanceler brasileiro Antônio da Silveira descrevem aliança para manter Cuba fora da OEA. |

Fonte: Elaborado pelo autor, 2017.

Os arquivos disponibilizados pelo WikiLeaks possibilitaram aos jornalistas da Agência Pública uma abordagem crítica e investigativa sobre documentos históricos que fizeram emergir indícios e elementos significativos para uma rememoração e possível reinterpretação de fatos históricos. O conteúdo avaliado apresenta sutilezas de documentos históricos que foram descritos de forma consistente, amparadas em um processo de apuração, e que denotam uma perspectiva ligada ao esclarecimento e à investigação. Nas reportagens do especial da Agência Pública foram observados elementos singulares de abordagem e tratamento das informações que refletem alguns esforços que visam à ampliação de eixos e de problemáticas merecedoras de notoriedade, como no caso da reportagem “EUA fizeram lobby pró-censura durante governo militar” onde são evidenciados elementos de censura à imprensa no período ditatorial.

Documentos disponibilizados no PlusD, do WikiLeaks, demonstram que a diplomacia norte-americana defendeu a censura do regime militar brasileiro perante um jornalista de um importante canal de TV dos EUA. Na época, o correspondente da CBS na América Latina, George Nathanson, estava em São Paulo produzindo material sobre a censura à imprensa brasileira e a embaixada norte-americana sugeriu ao profissional que “tentasse obter todos os lados da história da censura no Brasil”. Para tanto, indicou fontes da mídia brasileira mais alinhadas ao regime como Roberto Marinho da Fundação Globo, e

Nascimento Brito, do Jornal do Brasil, assim como fontes oficiais do governo. A reportagem apresenta ainda uma visão abrangente sobre a censura aos veículos de comunicação no período ditatorial. Essas características que estão presentes nos conteúdos de todas as reportagens produzidas pela Agência Pública na série demonstram como ferramentas tecnológicas e fontes independentes de informação podem ser determinantes para ações jornalísticas de investigação.

Iniciativas como o especial WikiLeaks PlusD demonstram a possibilidade da implementação de avanços no jornalismo vigilante contemporâneo apoiados nas possibilidades tecnológicas. As ações jornalísticas desenvolvidas pelos profissionais da Agência Pública demonstram um olhar jornalístico ampliado, abrangente e alinhado aos pressupostos do jornalismo vigilante. Atualmente, diante do dogmatismo instalado no contexto jornalístico que gera confusão entre fatos e opiniões, o tratamento baseado em fatos de temáticas específicas demarca uma diferença significativa em relação às inúmeras ações baseadas em especulações, simples reverberações de investigações policiais ou do Poder Judiciário, convicções ou meras declarações tendenciosas.

Jornalismo sob interferências e emergências

Atualmente, uma intersecção importante entre jornalismo e vigilância que afeta diretamente a capacidade e o êxito das ações jornalísticas está relacionada com as capacidades de vigilância comunicacional empregadas pelo Estado e por grandes empresas transnacionais. As alardeadas conquistas tecnológicas estão sendo utilizadas como instrumentos de controle da sociedade e de suas formas de contestação. Os espaços de privacidade estão sendo cada vez mais interditados por possibilidades de monitoramento e, conseqüentemente, jornalistas e cidadãos estão expostos às ferramentas de vigilância indiscriminada, conforme aponta Spannos (2017).

Hoje, governos e corporações controlam partes importantes da rede, incluindo mapeamento de domínios, cabos submarinos, softwares e hardwares, códigos de programação e data centers. Isto significa que a rede está agora altamente centralizada, vigiada, estudada, manipulada e sujeita a vazamentos prejudiciais de dados (SPANNOS, 2017, p. 2).

O poder de vigilância está minando liberdades e direitos civis; empresas e governos exploram, manipulam e administram modernos sistemas invasivos motivados por interesses financeiros, políticos e ideológicos. Ironicamente, os jornalistas que teriam o papel de vigiar os abusos e negligências também estão sendo monitorados. Não há dúvidas, investigações e fontes de informação estão expostas, o trabalho jornalístico pode ser/está

sendo controlado por grandes empresas e instituições estatais. Poderosas ferramentas de controle social estão sedimentadas em nossos cotidianos e os próprios usuários abastecem as redes, plataformas e aparatos com informações e dados pessoais que fortalecem cada vez mais as possibilidades de dominação e instrumentalização da sociedade.

Conforme Shirky (2017), uma questão essencial para o jornalismo é como os jornalistas podem fortalecer a sua capacidade de relatar notícias importantes em um período de crescente interferência. A intervenção está alinhada aos movimentos significativos de restrição dos relatos jornalísticos e dos vazamentos de informação. Novos elementos como, por exemplo, os vazamentos de informações estão revelando debilidades jornalísticas. O volume grandioso e a complexidade das informações disponibilizadas revelam a necessidade de readequações e adaptações para o melhor aproveitamento e tratamento dos dados. O norte parece estar no trabalho de depuração e dimensionamento do impacto de revelações e colaborações.

Shirky (2017) aponta uma tendência de aumento no volume de informações reveladas e indica que os jornalistas devem maximizar a sua capacidade de relatar notícias e minimizar a interferência do governo por meio de três competências. A primeira competência está relacionada com a obtenção de bons canais de comunicação criptografada onde, no mínimo, os repórteres sintam-se confortáveis ao se comunicar por e-mails criptografados. A segunda indicação diz respeito ao contato dos jornalistas com “vazadores” por meio de um plano que envolva outros jornalistas. A terceira competência aponta que os jornalistas devem descobrir a quem eles podem ser úteis como um terceiro destinatário dos segredos que serão publicados, como uma forma de backup.

Os jornalistas têm um papel fundamental a desempenhar na luta pela reapropriação, descentralização, experimentação e exploração das possibilidades tecnológicas no que elas têm de melhor: a liberdade. Todos devem estar cientes dos riscos aos quais estão expostos em um contexto que está extinguindo ambientes pessoais e espaços privados. Os governos e as grandes empresas estão muito mais preparados do que os cidadãos para essa disputa desigual pela liberdade nos ambientes digitais. O jornalismo deve demonstrar o nível de risco que estamos enfrentando e o WikiLeaks é uma das tantas iniciativas contemporâneas que encorajam e possibilitam a realização desta função que depende fundamentalmente de disposição e dedicação.

Os efeitos da vigilância na prática jornalística contemporânea são velados, podendo estar relacionados com atitudes de repressão, pressões, prisões e até outros riscos para profissionais e fontes. Muitos jornalistas estão cientes desta situação, entretanto, a maior parte destes profissionais não utiliza medidas básicas de segurança nas suas ações

cotidianas. O quadro apresentado não é de desinformação relacionado ao estado de vigilância, mas de omissão diante desta realidade.

Nessa esteira, Castells (2013) destaca que as fundações das sociedades são construídas em torno das relações de poder, os interesses e valores em sociedades são envolvidos por formas de poder e fazem emergir instituições de contrapoder. Em um contexto delineado por contradições e complementaridades entre o Estado, empresas privadas e os cidadãos instalam-se sistemas de poder e contrapoder, surgem atores sociais que revelam segredos e grupos ciberativistas, como o WikiLeaks, que estabelecem uma luta tecnológica dinâmica e assimétrica com as regras convencionadas. Os atos jornalísticos estão imersos nesse ambiente pouco conhecido e precisam estabelecer formas coerentes e honestas de mediação dessa realidade que permite o acesso à informações privadas e “sigilosas”, altera as feições que envolvem a transparência e origina a necessidade de ações construtivas que possibilitem o aprendizado e a exploração das consequências desses elementos. Em uma sociedade onde o poder é sustentado por estratégias comunicacionais e informações as formas alternativas e dinâmicas do jornalismo podem interferir no contexto social.

Considerações finais

Ao longo da história, o jornalismo transformou-se em uma ferramenta que possibilita a disseminação das formas de legitimação do poder no que se refere à promoção, naturalização, desconstrução, exclusão e omissão de fatos. Essas características tornam-se ainda mais importantes no contexto do jornalismo vigilante devido as suas peculiaridades na produção e disseminação das informações. Neste jogo de relações verifica-se a função do jornalismo na manutenção ou na contestação do *status-quo*, situação que aumenta a sua relevância e conseqüentemente, a importância de um olhar mais aprofundado sobre as suas características.

Os atos jornalísticos se aproximam do ideal vigilante quando revelam segredos obscuros do Estado e situações até então inconcebíveis por meio de métodos transparentes e interesses explícitos. Nestes casos, em tese, o jornalista sabe o que ninguém sabe fora de uma determinada rede de poder e controle, pois o profissional realizou um extenso trabalho de apuração, confronto de dados e informações. O jornalismo crítico e independente tem, entre as suas prioridades, a vigilância social coerente e socialmente engajada. Não pode ceder às exigências e pressões do Estado e do mercado, ao alinhamento político, aos estímulos ideológicos extremos que afetam concepções de direitos

humanos e de liberdade de expressão. Alienar esta função compromete a credibilidade e pode denunciar intenções obscuras e informações imersas em negociações privadas.

Canais de comunicação e jornalistas norteados pela característica vigilante da atividade jornalística devem estar dispostos e preparados para confrontar os benefícios e favores do Estado e de contratos privados, pois manter a consistência e o movimento dinâmico depende necessariamente de um caminho tortuoso e incerto. Conforme destacamos, a Agência Pública demonstra características singulares em relação à abordagem de temáticas que envolvem a vigilância em uma perspectiva contemporânea conectada às suas ações jornalísticas, cabendo salientar a importância do entendimento da construção histórica do jornalismo para clarear as implicações contemporâneas que envolvem o jornalismo e a vigilância.

Referências

BARBOSA, M. Jornalismo e a construção de uma memória para a sua história. In.: BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia. (orgs). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005. p. 102- 111.

BENETTI, M.; LAGO, C. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

CHRISTOFOLETTI, R.; OLIVEIRA, C. de. Jornalismo pós-wikileaks: Deontologia em tempos de vazamentos globais de informação. **Contemporânea: comunicação e cultura**, vol.09, n.02, agosto de 2011. P. 231-245.

CORREIA, J. C. **O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos**. Covilhã: UBI, LabCom, 2011.

FORTES, L. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

KARAM, F. J. C. **Jornalismo, ética e liberdade**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2014.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **The Elements of Journalism: What Newspeople Should Know and the Public Should Expect**. 3. ed. Nova York: Crown Publishers, 2014.

MAIA, R. C. M. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **E-compós- Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, 2006.

NASCIMENTO, S. **Novos Escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigação no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

PIZARROSO QUINTERO, A. (org.). **História da Imprensa**. Lisboa: Planeta, 1996.

SHIRKY, C. The value of digital data. In: BELL, Emily et. al. (org.). **Journalism After Snowden: The Future of Free Press in the Surveillance State**. New York: Columbia University Press, 2017. Disponível em: <http://migre.me/wf7aT>. Acesso em: 09 de junho 2017.

SILVEIRA, M. C. **Em busca de uma visão mais abrangente da história do jornalismo e o exemplo argentino do grupo Clarín**. Faces da História, Assis-SP, v.1, nº1, p. 6-23, jan.-jun., 2014.

SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SOUSA, J. P. **Uma história breve do jornalismo no Ocidente**, BOCC, 2008.
Disponível em: <http://migre.me/wLPNL>. Acesso em: 09 de junho de 2017.

SPANNOS, C. Vigilância em massa e “totalitarismo inteligente”. 06/03/2017. **Actantes**.
Disponível em: <http://migre.me/wf5Z6>. Acesso em: 19 de junho 2017.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. v. II. Florianópolis: Insular, 2005.

VIANA, N. Reportagem da: “Conheça o PlusD, a Biblioteca de Documentos Diplomáticos do WikiLeaks”. **Agência Pública**, 07 abr. 2013. Disponível em: <http://migre.me/wLdyl>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

WAISBORD, S. **Watchdog journalism in South America: News, Accountability, and Democracy**. New York: Columbia University Press, 2000.